



# QUANDO OS IRMÃOS LUMIÈRE ENCONTRAM O CERRADO: APROXIMAÇÕES INICIAIS E PROJETOS EM DISPUTA NA ARTICULAÇÃO ENTRE EDUCAÇÃO E CINECLUBES

*WHEN THE LUMIÈRE BROTHERS MEET THE CERRADO: INITIAL  
APPROACHES AND PROJECTS IN DISPUTE IN THE ARTICULATION  
BETWEEN EDUCATION AND CINECLUBS*

Valter Martins de Paula 1  
Michele Silva Sacardo 2

**Resumo:** O presente artigo tem a finalidade de apresentar reflexões iniciais acerca do contexto atual da educação no Brasil, aproximando-a dos cineclubes em atividade no estado de Goiás, em especial o Cineclube Ismael Silva de Jesus, atuante em Goiânia. Para tanto, fez-se levantamento bibliográfico sobre o estado da arte e constatou-se que o cineclube Ismael tem implícita a concepção de movimento social contra hegemônico, mas não chega a fazer um debate sobre um referencial teórico específico – o que nos permite analisá-lo sob a égide de Mészáros (educação para além do capital) e das pedagogias críticas e situadas em Goiás e no Brasil.

**Palavras-chave:** Educação. Cineclubes. Projetos em Disputa.

**Abstract:** This article aims to present initial reflections about the current context of education in Brazil, bringing it closer to the cineclubs in activity in the state of Goiás, especially the Ismael Silva de Jesus Cineclub, active in Goiânia. In order to do so, a bibliographic survey was carried out on the state of the art and it was found that the Ismael cineclub has an implicit conception of a counter-hegemonic social movement, but it does not reach a debate on a specific theoretical framework - which allows us to analyze under the aegis of Mészáros (education beyond capital) and critical and situated pedagogies in Goiás and Brazil.

**Keywords:** Education. Film Clubs. Disputed Projects.

---

1 Bacharelado em Comunicação Social com habilitação em Jornalismo pelo Centro Universitário Barão de Mauá (RP/SP), Licenciado em História pelo Centro Universitário Barão de Mauá (RP/SP) e Mestre em Educação pelo PPGE/UFJ/Jataí. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/9923790952499452>. E-mail: [valtermartins001@gmail.com](mailto:valtermartins001@gmail.com).

2 Tem experiência docente e em pesquisa na área da Educação e Educação Física, e trabalha com temas amparados pelo materialismo histórico dialético relacionados às teorias do conhecimento, as análises críticas da produção científica; formação de professores, trabalho docente e as teorias pedagógicas da educação e educação física. Coordena o Grupo de estudos e pesquisas GERMINAL (Sociedade, Cultura e Formação Humana - PPGE/UFJ/Jataí). Lattes: <http://lattes.cnpq.br/3823041497150247>. ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-4193-3766>. E-mail: [smichele@ufj.edu.br](mailto:smichele@ufj.edu.br)



## Introdução

O presente artigo estrutura-se em dois tópicos. No primeiro, intitulado “Dilemas atuais da Educação no Brasil”, trazemos um panorama atual sobre o desmonte da/na Educação, levando em consideração que tais projetos refletem a sociabilidade vigente e escancaram disputas políticas, econômicas, epistemológicas e éticas-ideológicas.

No segundo tópico, “Cineclube(s) e Educação”, nossa preocupação é traçar rápidas linhas sobre as origens do cineclube Ismael Silva de Jesus, atuante em Goiânia, como espaço contra hegemônico e, conseqüentemente, o papel do(s) cineclube(s) como espaço(s) combativo(s) à alienação dentro do universo educacional brasileiro.

As considerações finais vislumbram a aproximação e diálogo entre cineclubes e educação através da superação e incorporação, se e quando enxergarmos os cineclubes como espaços gregários e democráticos.

## Dilemas atuais da educação no Brasil

O presente tópico possui sua centralidade em analisar o vínculo entre a pedagogia histórico-crítica e seus acúmulos ao longo das últimas décadas, com as possibilidades de mediações com instrumentos da dinâmica de aprendizagem, desde a experiência dos cineclubes e sua capilarização nos espaços pedagógicos.

A própria consolidação da pedagogia histórico-crítica no campo de leituras contrahegemônicas na educação formal/vigente, mostra-se vinculada a importante trajetória de construção do pensamento sistematizado sobre a educação situada historicamente e, conseqüentemente, aos limites da educação vislumbrada a partir dos espaços que caracterizam aparelhos privados de hegemonia da classe dominante.

Isso significa que escolas, Universidades e toda estrutura formal identificada como espaço de formação tradicional, são expressões das relações de classe e de dominação, próprias do modo de produção capitalista e de sua forma política: o Estado moderno burguês.

Neste sentido, as disputas que se dão no campo da educação são disputas que refletem a sociabilidade vigente e correspondente correlação de forças: uma disputa política, econômica, epistemológica e ética-ideológica.

Essas disputas se dão a partir das condições materiais vigentes partindo do que temos: resta-nos reconhecer a insuficiência de mecanismos fragmentados de análise – que desvinculam e promovem a cisão entre economia e política, economia, política e educação.

Cabe ressaltar que não se trata de compreender a pedagogia histórico-crítica como método/escola teórica síntese de uma proposta emancipatória a partir de uma outra sociabilidade: uma outra sociabilidade pressupõe outras análises, métodos e estrutura alinhada com novas determinantes. À pedagogia histórico-crítica cabe uma das mediações possíveis, a partir da apropriação do método materialista-histórico dialético marxiano interpretado no campo da Educação, nesta sociabilidade, para avançarmos no processo de consciência no vislumbre das inúmeras contradições da realidade e no descortinamento de como funciona a sociedade na chave de leitura trabalho *versus* capital.

Neste sentido, problematizar as estruturas sociais sobre as quais se ergue nossa sociedade tem como base a historicização do processo de construção do movimento do real: quais as condições materiais, os sujeitos históricos, os projetos engendrados pelos sujeitos históricos para manutenção/transformação da sociedade e quais os valores produzidos/reproduzidos-sejam aqueles que reforçam “os conhecimentos e o pessoal necessário à maquinaria produtiva em expansão do sistema para perpetuar e reproduzir esse sistema no injusto sistema de classes” (MESZAROS, 2088. p.16) sejam aqueles que entendem a necessidade

de pensar a educação na perspectiva da luta emancipatória, reestabelecendo vínculos entre trabalho e educação, descortinando a alienação fomentada por uma educação que interioriza as condições de legitimidade do sistema que explora o trabalho como mercadoria, para induzi-lo a aceitação

passiva (MESZAROS, 2008. p. 16)

Mészáros (2008), citando Paracelso faz o seguinte questionamento quanto à sentença “A aprendizagem é a nossa própria vida”: o que, de fato, aprendemos ao longo da vida? Será que o que aprendemos desde a infância até a velhice não está ligado à perpetuação da alienação? Em suas palavras,

[...]. Será que a aprendizagem conduz à autorrealização dos indivíduos como ‘indivíduos socialmente ricos’ humanamente (nas palavras de Marx) ou está ela a serviço da perpetuação, consciente ou não, da ordem social alienante e definitivamente incontrolável do capital? Será o conhecimento o elemento necessário para transformar em realidade o ideal da emancipação humana, em conjunto com uma firme determinação e dedicação dos indivíduos para alcançar, de maneira bem sucedida, a autoemancipação da humanidade, apesar de todas as adversidades, ou será, pelo contrário, a adoção pelos indivíduos, em particular, de modos de comportamento que apenas favorecem a concretização dos objetivos retificados do capital? (Idem, pp.47-48)

A complexidade de construção de um processo de consciência que supere a consciência individual e de grupo e seja síntese de um processo de classe, qual seja, da classe explorada no âmbito do trabalho fragmentado, assalariado e inserido na esfera de aparelhos privados de hegemonia que expressam e alimentam as relações de classe e dominação (instituições jurídicas, educacionais, aparatos privados, estatais, entre outros), perpassa, de acordo com Iasi, encerrar a alienação vislumbrada na primeira forma de manifestação da consciência, e, também compreender o processo de consolidação da ideologia neste contexto:

A alienação que expressa-se na primeira forma da consciência é subjetiva, profundamente enraizada como carga afetiva, baseada em modelos e identificações de fundo psicológico. A ideologia agirá sobre esta base e se servirá de duas características fundamentais para exercer uma dominação que, agindo de fora para dentro, encontra nos indivíduos um suporte para que estabeleça-se subjetivamente. (IASI, 1999. P.24).

A visão de mundo da classe dominante, que se torna universal, é reproduzida e difundida por esta classe, devido a posse dos aparelhos de hegemonia, ideológicos (os meios de transmissão da chamada educação formal, inclusos) e “também e fundamentalmente pela correspondência que encontra nas relações concretas assumidas pelos indivíduos e classes.” (IASI, 1999, p. 24).

Para Meszáros:

A educação institucionalizada, especialmente nos últimos 150 anos, serviu- no seu todo- ao propósito de não só fornecer os conhecimentos e o pessoal necessário à máquina produtiva em expansão do sistema do capital, como também gerar e transmitir um quadro de valores que legitima os interesses dominantes como se não pudesse haver nenhuma alternativa à gestão da sociedade, seja na forma “internalizada” (isto é, pelos indivíduos devidamente “educados” e aceitos) ou através de uma dominação estrutural e uma subordinação hierárquica e implacavelmente impostas. (MESZÁROS, 2008, p.35)

Nos dias de hoje, o senso comum difunde os debates que se alicerçam nos chamados “empreendedorismo e inovação” ambos são facetas de uma realidade que necessita de novas formas

de acumulação de capital alicerçada em transformações no mundo do trabalho que acarretam a intensificação da exploração do trabalhador em um processo denominado “uberização”, ou seja, “um processo no qual as relações de trabalho são crescentemente individualizadas e invisibilizadas, assumindo, assim, a aparência de prestação de serviços e obliterando as relações de assalariamento e de exploração do trabalho.” (ANTUNES, 2020.p.11).

Para a classe dominante interessa manter a estrutura produtiva alicerçada no trabalho assalariado rebaixado, fragmentado e, a cada dia que passa, mais esvaziado de parâmetros mínimos- dentro do direito burguês- de manutenção da capacidade reprodutiva deste trabalhador (os chamados direitos sociais). Quanto maior o rebaixamento na formação e consequente especialização produtiva, maior a instrumentalização de todas as estruturas para a naturalização da exploração.

A este processo de uberização, soma-se/retroalimenta-se o projeto do capital para a educação. O projeto do capital é de uma educação mercantilizada, instrumental a manutenção da alienação e reprodução do senso comum ideológico (meritocracia, individualismo, amplificação dos mecanismos de retirada de direitos sociais), explicitado pelas diretrizes dos organismos internacionais como Banco Mundial (BM), Organização Mundial do Comércio (OMC), Fundo Monetário Internacional (FMI) e Organização para as Nações Unidas (UNESCO) e também pela movimentação adesista de diferentes governos brasileiros desde o período da ditadura empresarial militar (anos 1960 a 1980) até os dias atuais (o que perpassou os governos neoliberais de Collor, Itamar Franco, Fernando Henrique Cardoso na década de 1990 e início dos anos 2000, os governos sociais liberais do Partido dos Trabalhadores nos anos 2000 e o governo de ultradireita, ultraneoliberal, iniciado com o golpe de 2016 e consolidado com a eleição de Jair Bolsonaro em 2019).

Com movimentos e intensidades diversas, todo período acima elencado pavimentou o processo de consolidação da privatização da educação brasileira.

A agenda de privatização da educação brasileira, projeto do capital para a educação, abarca desde o “Plano Bresser-Pereira”<sup>1</sup> que define a educação superior brasileira não mais como um serviço exclusivamente estatal, abrindo o espaço para a entrada de corporações privadas de exploração de serviços educacionais, até o chamado “novo marco” da Ciência e Tecnologia, Lei nº 13.343/2016, que alarga as vias de privatização do fundo público nestas áreas, ainda que mais de 80% das pesquisas se dê no âmbito das Universidades federais, estaduais e Institutos.<sup>2</sup>

Os recursos públicos transferidos da educação para instituições particulares por meio de programas como o Fundo de Financiamento Estudantil (FIES)<sup>3</sup> e o Programa Universidade para Todos (PROUNI)<sup>4</sup>, também são facetas deste projeto. Mais recentemente foi colocado em pauta a proposta de emenda constitucional (PEC) nº 206/2019, que prevê a cobrança de mensalidades nas instituições de ensino superior públicas.<sup>5</sup>

1 LEHER, Roberto. Reforma do Estado: o privado contra o público. In: Revista Trabalho, Educação e Saúde. (1). 2. setembro de 2003. Disponível em: <https://www.scielo.br/jj/tes/a/NhjhPwHSQNC99GT6kjdCND/?lang=pt> . Acesso em 01 de novembro de 2021.

2 ANDES-SN. MARCO LEGAL DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO (LEI 13.243/16): riscos e consequências para as universidades e a produção científica no Brasil. Cartilha produzida pelo Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior - ANDES-SN. Brasília: Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior, 2017. Disponibilidade em: <http://portal.andes.org.br/imprensa/documentos/imp-doc-1508946885.pdf> . Acesso em 01 de novembro de 2021.

3 ANDES-SN. Crise de Financiamento das Universidades Federais e da Ciência e Tecnologia Pública. Cartilha produzida pelo Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior - ANDES-SN. Brasília: Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior, 2018. Disponibilidade em: <http://portal.andes.org.br/imprensa/documentos/imp-doc-1877498921.pdf> . Acesso em 01 de novembro de 2021.

4 ANDES-SN. Crise de Financiamento das Universidades Federais e da Ciência e Tecnologia Pública. Cartilha produzida pelo Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior - ANDES-SN. Brasília: Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior, 2018. Disponibilidade em: <http://portal.andes.org.br/imprensa/documentos/imp-doc-1877498921.pdf> . Acesso em 01 de novembro de 2021.

5 a CCJC – Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania – da Câmara dos Deputados, em Brasília (DF), previu para a sessão da terça-feira, 24 de maio de 2022, a votação da Proposta de Emenda Constitucional – PEC 206/2019 – que pretende estabelecer a cobrança de mensalidade nas universidades públicas. A PEC, de autoria do deputado federal general Peternelli (União Brasil-SP), propõe a alteração com nova redação no inciso IV do Art. no 206 da Constituição Federal. O texto justifica essa cobrança com as orientações do Banco Mundial, de 2017, e dados da OCDE, de 2018, apontando que algumas universidades no mundo são pagas.

Esse projeto do capital para a educação ganha lastro com o ascenso das forças conservadoras no Brasil e no mundo, e considera a educação um serviço vinculado a manutenção e crescimento do lucro dos grandes conglomerados econômicos da educação, ou seja, a educação como mercadoria (como os demais aspectos da vida na ordem social capitalista), e não como um direito social.

As políticas educacionais levadas a cabo pelo Estado brasileiro- adesista ao projeto do capital para a educação- estão submetidas às diretrizes do Banco Mundial conforme já afirmado anteriormente, quais sejam: redução de investimentos públicos destinados à educação (de infraestrutura a carreira docente e técnico-administrativa)<sup>6</sup>, reconfiguração do Estado que passa a ser avaliador de prestação de serviços e não garantidor de direitos sociais e, aparato jurídico (leis, medidas provisórias, decretos, entre outros) que descaracteriza a educação como direito<sup>7</sup>.

Para ilustrar as afirmações realizadas, vejamos o que mostram os dados do Censo da Educação Superior no Brasil referente ao ano de 2019 (INEP, 2020): das 2.608 Instituições de Ensino Superior no Brasil (IES), apenas 302 são públicas. Em relação ao número de matrículas de estudantes, das 8.603.824, 6.523.678 encontram-se alocadas na rede privada, explicitando a expansão do ensino superior privado nas últimas décadas.<sup>8</sup>

A configuração institucional da educação no Brasil, a partir do projeto hegemônico do capital, adentra às necessidades de reestruturação produtiva e à financeirização do capital, a partir do regime de acumulação sob a égide do neoliberalismo extremado.

A educação como privilégio, explorada pelo setor privado como mercadoria com qualidade rebaixada e instrumental a manutenção da ordem do capital (e do dependentismo brasileiro) perfaz as linhas dos documentos internacionais e políticas nacionais da subalternidade de um projeto desenhado há décadas e que se aprofunda a medida que elites políticas e oligarquias econômicas avançam em suas agendas de manutenção da ordem.

O contraponto a este projeto hegemônico pressupõe dois questionamentos: 1. É possível a construção de um projeto de educação que seja emancipatório na ordem do capital? 2. Quais são os projetos pensados, iniciados neste sentido contra-hegemônico (projetos políticos, epistemológicos e ético-ideológicos)?

Cabe-nos, aqui, não fazermos ilações sobre cenários ideais – conforme já apontamos no início deste tópico – e sim, como coerência lógica do próprio método adotado no artigo, perpassar a complexa teia de determinações dessa totalidade social que, no bojo de suas contradições, apresenta possibilidades de análises críticas em relação ao projeto do capital para educação, bem como aponta possibilidades para o avanço em projetos que delineiam conhecer a realidade social e a educação brasileira.

Também podemos trabalhar com os limites em relação às experiências pontuais de transformação dos espaços educacionais existentes em configurações que atendam aos interesses da maioria da população, porém nas condições econômicas e sociais hoje vigentes.

Neste sentido, o projeto por uma educação contra hegemônica perpassa o objetivo de pensar uma nova sociabilidade que advenha de uma transformação social que tenha como horizonte a emancipação humana.

A educação como uma atividade fundamental para que o ser humano se desenvolva plenamente, devendo ser observada a partir dos desafios concretos de cada contexto, de acordo com as lutas pela superação da sociabilidade capitalista. Estas são as linhas para reflexões acerca da construção de um projeto de educação da classe trabalhadora, ou seja, um projeto de educação

6 Neste sentido merece destaque a Emenda Constitucional 95 de 2016, denominada PEC da morte ou PEC do Teto de gastos, que “congelou” por 20 anos os recursos para saúde e educação, sob o argumento de “enxugamento” de gastos do Estado, escancarando uma política de austeridade econômica que enfraquece e limita os investimentos em políticas sociais, fragilizando toda a rede de proteção social. Neste sentido, vide: MARIANO, Cynara Emenda constitucional 95/2016 e o teto dos gastos públicos: Brasil de volta ao estado de exceção econômico e ao capitalismo do desastre. In: Revista Investigação Constitucional 4 (1). Janeiro-Abril 2017. Disponibilidade em: <https://www.scielo.br/j/rinc/a/wJb3fZFMmZh65KfmrCwKDrp/?format=html>. Acesso em 01 de novembro de 2021.

7 ZAGNI, Rodrigo Medina. O conhecimento a serviço de quem? Universidade, pesquisa, ciência e tecnologia no capitalismo dependente brasileiro. In: PINHEIRO, Milton (et al) org. A Universidade Popular. São Paulo: ICP, 2021. p. 137-192.

8 INEP-Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. Resumo técnico do Censo da Educação Superior 2019 [recurso eletrônico]. – Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2021.

que seja antagônico ao projeto do capital.

Ernesto Che Guevara destacou em sua obra *El socialismo y el hombre em Cuba*<sup>9</sup>, que os problemas vinculados à educação, devem ser observados de acordo com as condições específicas que vivemos na periferia do capitalismo sempre tendo em vista dois eixos centrais de análise: 1. Os problemas daquilo que entendemos como educação escolar/formal e 2. A educação que permeia os processos sociais fora do ambiente escolar<sup>10</sup>, uma visão totalizante que abarca o papel fundamental da ciência, dos conhecimentos sistematizados, e do estudo teórico, mas também avança no entendimento da importância acerca da formação que perpassa o dia-a-dia em uma experiência de construção do socialismo.

Organização revolucionária, disciplina e necessidade de direção política são os elementos que constituem chave de compreensão da leitura de Che Guevara para uma educação construída pelo conjunto da sociedade que tenha como horizonte o socialismo (nova sociabilidade) a partir da ação humana consciente de sua realidade, da ação planejada e refletida: não há espaço para perspectivas voluntaristas e/ou espontaneístas sobre formação humana.

Cuba investe em educação 12.9% do seu Produto Interno Bruto (PIB), no bojo de um investimento social de 30%. Em janeiro de 1959, Cuba tinha 3 (três) universidades públicas com 15.000 alunos e mil professores, e hoje conta com 67 (sessenta e sete) instituições de altos estudos com 261.000 matriculados e 77 mil professores, além de um novo programa de municipalização da educação superior que já construiu mais de 300 (trezentas) sedes universitárias municipais.

O Estado de Cuba é o responsável integral pela educação em todos seus níveis, como na Finlândia e na França. Também há de se destacar uma grande valorização social da profissão docente em todos os seus níveis.<sup>11</sup>

A experiência da Revolução Cubana é emblemática sobre alguns caminhos possíveis desde a realidade latino-americana, na periferia do capitalismo.

Os acúmulos teóricos sobre projetos em disputa, a partir da análise das experiências em construção, podem ser observados desde o campo da Pedagogia Histórico-Crítica – compreendida como amálgama teórico-epistemológico de alicerce marxista no campo da disputa ético-ideológica e também da disputa epistemológica, até os projetos – no campo da disputa política e também ético-ideológica – construídos pelo movimento organizado de trabalhadoras/es da educação, como o delineado no Caderno 2 do ANDES-Sindicato Nacional<sup>12</sup> e também nos acúmulos no âmbito do Movimento por uma Educação Popular (MEP)<sup>13</sup> e Movimento por uma Universidade Popular (MUP)<sup>14</sup>.

Os dois últimos mencionados (MEP e MUP) estão na base de construção de um dos objetos deste artigo, o Cineclubes Ismael Silva de Jesus:

O Movimento por uma Universidade Popular surgiu para superar a posição reativa dos movimentos estudantis, docentes e de funcionários que resistem e lutam no interior da universidade ao seu caráter predominantemente conservador, estendendo os limites da nossa luta para além da mera democratização da atual universidade, apontando

9 GUEVARA, E. Che. *El socialismo y el hombre em Cuba*. La Habana: Ocean Sur, 2011.

10 CARDOSO, M. M. R. *Universidade e Socialismo: contribuições a partir da Revolução Cubana e do pensamento de Ernesto Che Guevara*. In: PINHEIRO, M. (et al). *A Universidade Popular*. São Paulo: ICP, 2021. p. 202.

11 CARNOY, Martin. *La ventaja académica de Cuba, ¿Por qué los estudiantes cubanos rinden más?*. Fondo de Cultura Económica USA; Illustrated edição jan/ 2010.

12 ANDES-SN. *Cadernos ANDES. Proposta do ANDES-SN para a Universidade Brasileira*. Número 2. 4ª Revista atualizada e revisada. Janeiro 2013. Disponibilidade em: <https://www.andes.org.br/img/caderno2.pdf>. Acesso em 01 de novembro de 2021.

13 O Movimento por uma Universidade Popular – MUP e o Movimento por uma Educação Popular – MEP (...) já contaram com um Seminário nacional em 2011 e um Encontro nacional em 2014. Atualmente, além de organizados no Movimento Estudantil de todos os Estados brasileiros, o MUP e o MEP se apresentam no interior do movimento docente, seja no ANDES ou no SINASEFE(...). In: SANTOS, L. *Movimento por uma Educação e Universidade Popular*. Disponibilidade em: <https://pcb.org.br/porta12/25868/movimento-por-uma-educacao-e-universidade-popular/>. Acesso em 01 de novembro de 2021.

14 PINHEIRO, Milton (et al). *A Universidade Popular*. São Paulo: ICP, 2021.

para o nexu entre as transformações sociais necessárias e os limites da atual forma institucional e política das universidades (PINHEIRO, IASI, 2021, p. 20)

Ou seja, o MUP, enquanto movimento social popular no campo das lutas pela educação para além do capital, referencia-se no projeto emancipatório da classe trabalhadora com o desenho concreto de avançar na construção de um projeto unitário com qualidade superior, que tenha no ensino/pesquisa e extensão a construção de respostas aos problemas sociais decorrentes da dominação de uma classe sobre outra.

Trata-se, de acordo com Pinheiro (2021), de um projeto que detém um procedimento metodológico para a construção de balizas internas de uma universidade efetivamente popular que confronte a lógica mercadológica e desvele o sentido da estrutura social brasileira: um Estado escravista que mantém esses fundamentos na lógica de dominação da autocracia burguesa no Brasil.

Dominação que engendra controle intelectual e político e é hegemônica, também na universidade, por homens brancos.

Surgido em meados dos anos 2010, o MUP já realizou dois seminários nacionais (nos anos de 2011 e 2014)<sup>15</sup> e, recentemente lançou uma obra com os acúmulos sobre o tema<sup>16</sup>.

Também nesse espaço organizativo teórico-político temos o Movimento por uma Educação Popular, movimento social popular construído por educadores, estudantes, técnicos, trabalhadores das escolas, em âmbito nacional. O movimento tem como premissa a defesa de uma escola que tenha como centralidade a discussão dos problemas da sociedade, estimulando o pensamento crítico dos filhos da classe trabalhadora para que os mesmos compreendam que os interesses da classe trabalhadora são antagônicos aos interesses da burguesia.<sup>17</sup>

O Movimento por uma Escola Popular (MEP) é um movimento comprometido com a luta de estudantes, técnicas/os e docentes em torno de um projeto de escola que esteja ligada aos interesses da classe trabalhadora e não a serviço do capital. O MEP se propõe a lutar por um novo modelo de educação que seja instrumento de transformação social e emancipação das/os jovens.<sup>18</sup>

A partir destes alinhamentos críticos, os debates que vinculam educação e cinema (e, conseqüentemente, os cineclubes) em um viés derivado do método materialista histórico dialético se propõem – seja no âmbito epistemológico-teórico, seja no âmbito teórico-político-organizativo –, a saída do senso comum ditado pela manutenção da ordem e, de acordo com José Paulo Netto, a indissociável conexão que existe em Marx entre elaboração teórica e formulação metodológica, compreendendo a sociedade na qual vivemos, – a sociedade burguesa – como uma totalidade completa<sup>19</sup> em suas determinantes e contradições, inclusive nos projetos emancipatórios para a educação e seus desdobramentos reais.

Na compreensão de que “as soluções não podem ser apenas formais, elas devem ser essenciais” (CASTRO, 1983.p.162), cabe-nos apontar que a questão fundamental é a necessidade de modificar, de forma duradoura, o modo de internalização historicamente prevalecente<sup>20</sup>, e, enquanto sujeitos históricos nos entendermos – e analisarmos nosso contexto – de maneira bifurcada: enquanto reprodutores de nosso tempo histórico em seus limites e possibilidades de mudanças pontuais das determinantes as quais somos submetidos (e também reproduzimos) e enquanto possibilidades de “explorar os meios para realizar as mudanças transformadoras onibangentes necessárias para se contrapor em uma base historicamente sustentável à progressiva tendência

15 Disponibilidade em: <https://blogdaboitempo.com.br/2011/09/14/movimento-por-uma-universidade-popula/>. Acesso em 20 de abril de 2022.

16 REBELATTO, ACOSTA, PINHEIRO (org). A Universidade Popular. São Paulo: ICP, 2021.

17 Sobre o MEP: disponibilidade em: <https://linktr.ee/mep.nacional>. Acesso em 20 de abril de 2022.

18 <https://linktr.ee/mep.nacional> Acesso em 20 de abril de 2022.

19 Totalidade de máxima complexidade: um complexo constituído de complexos. NETTO, José Paulo. Introdução ao estudo do Método de Marx. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

20 MESZÁROS, Istvan. A educação para além do capital. São Paulo: Boitempo, 2008.

destrutiva do sistema do capital” (MESZAROS, 2008,p.116).

Assim como não basta a teoria para alcançar a transformação, não bastam experiências específicas, bem como a fortuna crítica de um determinado campo de sistematização de conhecimento. O pensamento radical só é bem sucedido em seu preceito de mudar a consciência social com uma articulação organizacional adequada, ou seja, “uma organização coerente para proporcionar a estrutura historicamente em desenvolvimento de intercâmbio entre as necessidades das pessoas e as ideias estratégicas de sua realização” (MESZAROS, 2008, p.117).

## **Cineclube(s) e educação**

Atuando desde fevereiro de 2019, o Cineclube Ismael Silva de Jesus é um cineclube itinerante, natural de Goiânia. Surgido como Projeto de Extensão<sup>21</sup> do Núcleo de Estudos e Pesquisas Avançadas do IFG, tem como coordenador o Prof. Dr. Marcelo Lira. Por se considerar um projeto de extensão plural, ele é composto, em sua maioria, por estudantes, professores e membros externos da comunidade. Seu nome é uma homenagem a um estudante secundarista que foi preso, torturado e morto pela ditadura militar; e os locais onde são exibidas as sessões são chamados de Sala Itinerante Dirce Machado, em homenagem a uma lutadora social que participou da Revolta de Trombas e Formoso, pelo direito à terra, e também resistiu à ditadura militar. O Cineclube Ismael Silva de Jesus promove a exibição de filmes e realiza debates sobre os mesmos, sendo também um local de estudos e formação.

Pensado como um projeto social, educacional e político, o Cineclube Ismael Silva de Jesus atua na intenção de construir um processo educativo através da arte de forma crítica e emancipatória, assim como vislumbra na luta das classes populares o meio para se conquistar a universalização do acesso ao patrimônio material e imaterial, histórico-cultural da humanidade. O cineclube tem implícita a concepção de movimento social contra-hegemônico, mas não chega a fazer um debate sobre um referencial teórico específico – o que nos permite analisá-lo sob a égide de Mészáros (educação para além do capital) e Saviani (Pedagogia Histórico-Crítica).

Um de seus fundadores, o professor Paulo Winicius Teixeira de Paula, o Maskote, nas redes sociais do cineclube e em publicações independentes, reforça que o cineclube é um canal de diálogo e vínculo entre os estudantes e os demais membros externos. A origem do Cineclube acontece no contexto histórico de meados da década de 2010 (ataques às Instituições Federais, Eleições, Golpe), numa tentativa de ação coletiva. Apesar de ser suprapartidário, muitos de seus integrantes são organizados no Partido Comunista Brasileiro e seus coletivos.

A curiosidade maior (e o que faz com que este Cineclube seja diferente dos demais cineclubes em atividade no país) é que este espaço tem gerado o engajamento de diversos estudantes que avançam para a organização política mais geral, atuando em manifestações, entidades estudantis e congêneres. A perspectiva da emancipação aconteceu no espaço do Cineclube, mas poderia ter acontecido em qualquer outro espaço, como numa proposta de Teatro, Grupo de Debate ou outra manifestação artística.

Neste sentido, a partir desta experiência concreta, compreendemos que o projeto cineclubista (e o Cineclube Ismael Silva de Jesus) pode estar atrelado, no conteúdo e na forma, ao projeto de uma educação crítica e situada, que possui como diretriz trazer à tona as contradições e antagonismos da sociedade capitalista, para que se construa o amálgama do processo de consciência de classe e conseguinte democratização do horizonte de uma sociedade sem a exploração do ser humano pelo ser humano.

Nesta perspectiva, com a sustentação nas ideias dos autores citados anteriormente, defendemos que o cineclube contribui para a formação de sujeitos aptos ao exercício reflexivo-

21 Segundo Mauro Iasi, no artigo intitulado Movimento por uma Universidade Popular (2011), o Projeto de Extensão é uma iniciativa fundada no desejo de levar àqueles que estão fora da universidade parte do conhecimento ali desenvolvido denunciando o elitismo inerente na forma universitária que se consolidara na América Latina. “Sempre valorizada no discurso para ser menosprezada na prática. Considerada como prática menor e não científica, como caridade assistencial, como oferecimento de sobras simplificadas do conhecimento”. Disponibilidade em: <https://blogdaboitempo.com.br/2011/09/14/movimento-por-uma-universidade-popula/> Acesso em 01/08/2021.

crítico, capazes de serem questionadores e não apenas espectadores alienados da sociedade.

O cineclubes deve ser utilizado não apenas como um momento de apropriação do filme por coletivos sociais, mas sim como um momento de ressignificação simbólica, ou seja, “uma operação de formação de consciência crítica capaz de constituir sujeitos humanos com um espírito questionador no sentido de desvelar as contradições objetivas da ordem do capital” (ALVES, 2010, p.16 -17). Assim, a escola que forma alunos cidadãos, de fato, na concepção do referido autor, poderá contribuir para mudança da sociedade, transformando seus alunos em indivíduos conscientes de seus direitos, tendo sua capacidade crítica ativa em relação aos acontecimentos presenciados na atual sociedade.

Nóvoa (2010, p. 158) afirma que a “linguagem construída pelo cinema e pelas novas tecnologias [...] não pode permanecer no nível de uma utilização meramente instrumental”. Neste sentido, a escola não deve apenas instrumentalizar seus alunos, mas sim proporcionar, por meio do cinema, uma leitura crítica e o aprofundamento do conhecimento produzido pelas leituras em sala de aula.

Na concepção de Teixeira (2010), a escola como fonte de formação humana, tem um papel fundamental na atual sociedade: o de promover métodos para que os educandos se apropriem de uma linguagem crítica capaz de influenciar na percepção que estes têm sobre a realidade. Outro ponto fundamental é a aproximação da escola ao cineclubismo, como uma fonte “libertadora” da indústria cultural e do consumo, transmitindo os valores do cinema e a sua função como arte e criação, não apenas como entretenimento ou consumo.

O cineclubes não necessita ser legalizado para funcionar normalmente. O processo de legalização de um cineclubes passa pela realização de uma Assembleia de Fundação para definir um estatuto que rege a entidade. Estabelecer assembleias periódicas conforme a realidade de cada entidade e definir grau de formalidade que o Cineclubes deve ter de acordo com sua realidade. Os cineclubes são entidades democráticas que podem ter desde uma simples declaração de princípios (de conhecimento público) até um estatuto mais complexo.

De fato, o que nos tem chamado a atenção é entender como esse enfrentamento pode ser feito pelo espaço do cineclubes e seus sujeitos a partir do compartilhamento dos acúmulos históricos que possibilitam a pluralidade de ideias, o amplo debate e o entendimento da educação construída coletivamente, com a utilização de linguagens diversas, dentre elas, a linguagem cinematográfica. Para Xavier<sup>22</sup>,

A concepção de um cosmos ordenado e finito, de uma realidade plena de sentido, que emerge da representação clássica não teria lugar na tela, pois o filme constitui um fluxo de acontecimentos aleatórios que envolvem homens e objetos, captando uma modalidade de existência imersa num universo infinito e contingente (p.71)

Ou seja, como romper com os laços dos processos pseudo-formativos que refutam, intencionalmente, o caráter histórico-social humano, retirando-lhes a visão de totalidade e, em seu lugar, oferecendo-nos uma visão distorcida, fragmentada e superficial da realidade?

Na prática, a política educacional dos nossos dias ajuda a institucionalizar as vontades de um modelo de sociedade em que a formação, no sentido estrito, é coadunada com a estrutura de manutenção da sociedade capitalista. A organicidade do capital, em grande parte, se caracteriza pela sua racionalidade, oportunismo ideológico, individualismo exacerbado, competição e valorização da meritocracia, que se apresentam como verdades incontestes.

## Considerações Finais

O artigo propôs-se a superar a compreensão sobre o cinema e os cineclubes apenas como instrumentos metodológicos e alienantes, inserindo-os em categorias pouco percebidas em estudos já produzidos e publicados.

22 XAVIER, I. O discurso cinematográfico: a opacidade e a transparência. São Paulo: Paz e Terra, 2008.

A possível aproximação entre a Pedagogia Histórico-Crítica e os cineclubes está na superação e incorporação, porque, se na Pedagogia Histórico-Crítica precisa-se superar e incorporar os modelos pedagógicos vigentes, nos cineclubes também há essa necessidade, no sentido de que não se negam as grandes produções, ao contrário, evidenciam-as, na expectativa de superá-las a partir do diálogo e das múltiplas vozes que a compõem (se enxergarmos os cineclubes como espaços gregários, democráticos e combativos à alienação).

Assim como o cineclubes é um espaço físico de formação, de democratização e de emancipação humana, também o é a Pedagogia Histórico-Crítica, a partir do momento em que há uma preocupação na horizontalidade da educação, e na constante busca da dualidade entre a historicidade e a crítica aos modelos educacionais vigentes (e ultrapassados).

A horizontalidade não pressupõe a desconsideração de que os processos de educação formal estabelecidos refletem e reforçam que o acesso e permanência nas instituições formais de ensino e seus desdobramentos, acabam por fomentar um recorte classista generificado e racializado: é fato que aquelas e aqueles que possuem maior dificuldade de acesso aos conhecimentos acumulados ao longo da nossa história são as/os que são excluídas/os, marginalizadas/os, mais exploradas/os e oprimidas/os.

Sendo assim, quando apontamos a horizontalidade, colocamos a mesma inserida nessa totalidade dimensionada em nossa sociabilidade e suas complexas relações sociais.

As experiências formativas apresentadas no trabalho, são algumas construções que partem dos acúmulos críticos de campos de conhecimentos que podem se vincular (educação e audiovisual/ arte) tendo como parâmetro aquilo que pode retirar o véu da alienação, descortinar a reificação, delinear a compreensão da forma-mercadoria e avançar na possibilidade do processo organizativo da classe trabalhadora.

## Referências

ALVES, Giovanni. O cinema como experiência crítica: tarefas políticas do novo cineclubismo no século XXI. In: -----.; MACEDO, Felipe (orgs). **Cineclubes, cinema e educação** Londrina: Práxis; Bauru: Canal 6, 2010. p. 11- 29.

ANDES-SN. Cadernos ANDES. **Proposta do ANDES-SN para a Universidade Brasileira**. Número 2. 4ª Revista atualizada e revisada. Janeiro 2013. Disponibilidade em: <https://www.andes.org.br/img/caderno2.pdf> . Acesso em 01 de novembro de 2021.

ANDES-SN. **MARCO LEGAL DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO (LEI 13.243/16): riscos e consequências para as universidades e a produção científica no Brasil**. Cartilha produzida pelo Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior - ANDES-SN. Brasília: Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior, 2017. Disponibilidade em: <http://portal.andes.org.br/imprensa/documentos/imp-doc-1508946885.pdf> . Acesso em 01 de novembro de 2021.

ANDES-SN. **Crise de Financiamento das Universidades Federais e da Ciência e Tecnologia Pública**. Cartilha produzida pelo Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior - ANDES-SN. Brasília: Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior, 2018. Disponibilidade em: <http://portal.andes.org.br/imprensa/documentos/imp-doc-1877498921.pdf> . Acesso em 01 de novembro de 2021.

CARDOSO, Mario Mariano Ruiz. *Universidade e Socialismo: contribuições a partir da Revolução Cubana e do pensamento de Ernesto Che Guevara*. In: PINHEIRO, Milton. (et al). **A Universidade Popular**. São Paulo: ICP, 2021. p. 202.

CARNOY, Martin. **¿Por qué los estudiantes cubanos rinden más?**. In: La ventaja académica de Cuba. Fondo de Cultura Económica USA; Illustrated edição jan/ 2010.

CASTRO, Fidel. La crisis económica y social del mundo. Oficina de publicaciones del Consejo de Estado, La Habana, 1983. Disponibilidade em: [http://biblioteca.clacso.edu.ar/clacso/se/20191016025631/La\\_crisis\\_economica\\_y\\_social\\_del\\_mundo.pdf](http://biblioteca.clacso.edu.ar/clacso/se/20191016025631/La_crisis_economica_y_social_del_mundo.pdf). Acesso em 03 de janeiro de 2022.

GUEVARA, Ernesto Che. **El socialismo y el hombre em Cuba**. La Habana: Ocean Sur, 2011.

IASI, Mauro Luis. **Processo de Consciência**. São Paulo: CPV, 1999.

LEHER, Roberto. Reforma do Estado: o privado contra o público. In: **Revista Trabalho, Educação e Saúde**. (1). 2. setembro de 2003. Disponibilidade em: <https://www.scielo.br/j/tes/a/NhjhPwHSQNc99GT6kjdCNDC/?lang=pt> . Acesso em 01 de novembro de 2021.

MESZÁROS, Istvan. **A educação para além do capital**. São Paulo: Boitempo, 2008.

NÓVOA, Jorge. Leitores do cinema-história do século XX: Visionários de uma pedagogia do “futuro”. In: ALVES, Giovanni.; MACEDO, Felipe (orgs). **Cineclube, cinema e educação** Londrina: Práxis; Bauru: Canal 6, 2010.

REBELATTO, Francieli; ACOSTA, Luis; PINHEIRO, Milton (org). **A Universidade Popular**. São Paulo: ICP, 2021.

TEIXEIRA, Inês Assunção de Castro. Uma história sem fim: o cineclube abraça a escola. In: ALVES, Giovanni.; MACEDO, Felipe (orgs). **Cineclube, cinema e educação** Londrina: Práxis; Bauru: Canal 6, 2010. p. 109 – 123.

XAVIER, Ismail. **O discurso cinematográfico: a opacidade e a transparência**. 4° ed. São Paulo: Paz e Terra, 2008.

ZAGNI, Rodrigo Medina. O conhecimento a serviço de quem? Universidade, pesquisa, ciência e tecnologia no capitalismo dependente brasileiro. In: PINHEIRO, Milton (et al) org. **A Universidade Popular**. São Paulo: ICP, 2021. p. 137-192.

Recebido em 3 de junho de 2022.

Aceito em 23 de maio de 2023.